



INFORME PUBLICITÁRIO

Ano 14 Nº 3152 • De 25 de Novembro a 3 de Dezembro de 2023 • [www.ovale.com.br](http://www.ovale.com.br)



CÂMARA MUNICIPAL  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**OVALE**  
BrandStudio

CONTEÚDO PATROCINADO



Cidadãos reivindicam novo acesso viário para o Urbanova. Ciclovia, compostagem e hortas públicas, regularização fundiária, espaços de lazer, unidades de saúde, creches e verba para cultura estão entre as demandas.

EMENDAS PARA A SAÚDE

● FRENTE PARLAMENTAR ONCOLÓGICA E CARDIOLÓGICA SE REÚNE COM DIRETORIA DO GACC E PIO XII E DISCUTE RECURSOS. **PÁG. 7**

ABASTECIMENTO

● VEREADORES COBRAM SABESP E ÓRGÃOS FISCALIZADORES QUANTO À FALTA D'ÁGUA RECORRENTE EM DIVERSOS BAIRROS. **PÁG. 8**

CONSCIÊNCIA NEGRA

● PRÓ-MEMÓRIA DIGITALIZA AÇÕES JUDICIAIS PELA LIBERDADE DE ESCRAVIZADOS ANTES DE 1888. **PÁG. 12**



## PALAVRA DO PRESIDENTE

# CÂMARA ATENTA ÀS DEMANDAS DA POPULAÇÃO JOSEENSE

O Legislativo ouve e repercute os assuntos que interessam e impactam a vida do cidadão, como a falta d'água e o orçamento municipal

A divulgação das atividades legislativas durante todo o mandato é uma maneira de prestar contas à população representada. Na Câmara de São José dos Campos fazemos isso de forma transparente, legítima e participativa, por meio de reuniões, audiências públicas e também dos veículos oficiais de comunicação que noticiam a rotina parlamentar, as votações e assuntos em discussão.

Como a Câmara é formada por representantes do povo, a proposta deste informativo é fazer com que você, munícipe, fique por dentro do trabalho realizado no legislativo, que é a sua voz na administração pública. E todo processo de construção, elaboração e definição de ações executadas pela instituição visa garantir uma melhor qualidade de vida para os cidadãos.

No mês de novembro, temas como a fiscalização de serviços prestados pelo SUS e pela concessionária Sabesp, assim como a atuação das frentes parlamentares na busca por recursos e políticas públicas segmentadas nortearam os debates dos vereadores em plenário, o diálogo com a população e com outros órgãos do poder público.

Outro assunto de destaque na Câmara e que tem impacto no nosso dia a dia é a Lei Orçamentária Anual (LOA). A legislação prevê que a elaboração do orçamento público de uma cidade tenha espaço para a participação popular, visto que a propos-

ta reúne esforços para melhor satisfazer interesses coletivos, a transparência e o controle social. Para ouvir as reivindicações dos moradores, a Câmara promoveu este mês uma audiência pública que reuniu munícipes de todas as regiões de São José dos Campos.

Além da participação presencial, a Câmara disponibilizou ferramenta online para colher sugestões de como aplicar os recursos no próximo ano, a fim de que a lei orçamentária atenda às necessidades e espelhe as demandas prioritárias da sociedade. As manifestações passam por análise de viabilidade e podem ser aproveitadas em emendas ao projeto da LOA 2024.

E para que todo esse trabalho institucional tenha continuidade e eficiência, destacamos a chegada de novos servidores públicos concursados que passaram a integrar o quadro de funcionários da Câmara. São 21 auxiliares legislativos que terão a missão de auxiliar na execução dos serviços e apoiar rotinas administrativas e parlamentares, de acordo com os princípios éticos da administração pública.



## 21

**VEREADORES**

**tem a Câmara Municipal de São José dos Campos; eles são representantes do povo joseense**

“

*Temas como a fiscalização de serviços prestados pelo SUS e pela concessionária Sabesp, assim como a atuação das frentes parlamentares, nortearam os debates”.*

**Roberto do Eleven**  
Presidente da Câmara





SERVIÇO PÚBLICO NOVOS SERVIDORES ASSUMEM 21 VAGAS NO CARGO QUE EXIGE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

# AUXILIARES LEGISLATIVOS APROVADOS EM CONCURSO TOMAM POSSE

Dos 12.937 inscritos, 8.422 prestaram a prova em maio de 2022 e 6.023 se classificaram

Dezesseis auxiliares legislativos tomaram posse no dia 16 de novembro, na Câmara Municipal. Eles foram aprovados no concurso lançado no ano passado com 21 vagas para o cargo que requer ensino fundamental completo, uma delas reservada para pessoa com deficiência.

As demais cinco vagas serão preenchidas nos próximos dias, pois houve desistência de candidatos aprovados e os subsequentes convocados estão no prazo para apresentação de documentos.

Dos 12.937 inscritos, 8.422 prestaram a prova (65,1%) em maio de 2022 e 6.023 se classificaram (nota mínima 50). O certame ficou suspenso de junho do ano passado a janeiro deste ano aguardando julgamento de mandado de segurança, que requeria anulação de uma questão da prova aplicada pela Vunesp.

O pedido de anulação foi negado e a decisão transitada em julgado, porém se seguiram vedações da legislação eleitoral e do último ano de mandato da mesa diretora da Câmara. O resultado homologado em fevereiro tem validade de um ano, prorrogável por igual período.

## SALÁRIO.

A remuneração é de R\$ 2.365,42, sobre a qual incide desconto de 14% da contribuição previdenciária - IPSM, isenta de Imposto de Renda, conforme tabela da Receita Federal.



Flávio Pereira/CMSJC



Flávio Pereira/CMSJC

# 21

VAGAS

de auxiliar legislativo foram abertas por meio de concurso na Câmara

# 1.819

CANDIDATOS

farão prova em 10 de dezembro no concurso 1/2023, com 9 vagas

## SELEÇÃO

### Concurso em andamento: ensino técnico e superior concorrem às nove vagas

**OPORTUNIDADE.** No dia 10 de dezembro farão prova os 1.819 candidatos ao concurso 1/2023, com 9 vagas e cujo prazo de inscrição foi de 19 de setembro a 18 de outubro. São 562 inscritos para 3 vagas no cargo de técnico legislativo especializado em Tecnologia da Informação (ensino médio com formação técnica em computação, sistemas ou tecnologia da informação ou equivalente). Das 6 vagas para ensino superior completo, 2 são para assessor jurídico (bacharela-

do em Direito + OAB), com 893 inscrições; e 4 para analista legislativo, sendo 2 para contador (graduação em Ciências Contábeis + CRC) - 119 inscritos; 1 para psicólogo (bacharelado em Psicologia + CRP) - 171 inscritos e 1 para arquivista (graduação em Arquivologia, sem conselho regional) - 74 candidatos inscritos. A remuneração varia de R\$ 6.150,03 a R\$ 11.617,35. Entre os benefícios estão reembolso parcial de plano de saúde e de mensalidade em curso de graduação ou pós. ■

## PROCESSO SELETIVO

### Seleção de estagiários atrai 800 candidatos

**INSCRIÇÕES.** O processo seletivo para estágio na Câmara Municipal, a cargo do CIEE - Centro de Integração Empresa Escola, recebeu 828 inscrições no período de abertura, de 16

de outubro a 6 de novembro. Do total de inscritos, 689 completaram a prova on-line de português e conhecimentos gerais. Puderam participar estudantes matriculados nos cursos de

ensino superior em: Administração de Empresas; Análise e Desenvolvimento; Ciência da Computação; Design Gráfico; Direito; Engenharia da Computação; Jornalismo; Propaganda

e Marketing; Publicidade e Propaganda; Rádio e TV; Tecnologia em Banco de Dados, Tecnologia em Informática e História.

O processo seletivo terá validade de 12 meses a partir da publicação da classificação definitiva, podendo ser prorrogado por mais 1 ano. Os aprovados serão chamados pela

ordem de classificação a partir de janeiro conforme necessidade e vagas em aberto.

Pela carga horária diária de 6 horas (30 horas semanais), o estagiário receberá bolsa-auxílio de R\$ 1.321, auxílio-transporte na modalidade crédito em cartão de bilhetagem eletrônica e auxílio-alimentação no valor de R\$ 432. ■



**ORÇAMENTO** AS CONTRIBUIÇÕES DOS CIDADÃOS SERÃO ANALISADAS PELOS VEREADORES DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO E PODEM ORIGINAR EMENDAS À PROPOSTA EM TRAMITAÇÃO

# MEIO AMBIENTE, REGULARIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PREDOMINAM NA AUDIÊNCIA DA LOA

Moradores pediram arborização, transporte coletivo, creche, posto de saúde e espaços de lazer

A Câmara Municipal promoveu, em 13 de novembro, uma audiência pública para receber sugestões da população sobre o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024, PL 405/23. Ao todo 14 pessoas inscritas apresentaram sugestões de alocação da receita, estimada em R\$ 4,6 bilhões no total.

A reunião contou com a participação do secretário de Gestão Administrativa e Finanças Odilson Gomes Braz Júnior, e dos vereadores Roberto do Eleven (PSDB), que presidiu a audiência, Amélia Naomi (PT) e Dulce Rita (PSDB), que também usaram o microfone para se manifestar.

No tempo destinado a manifestações da população, munícipes reivindicaram atenção a um plano de arborização para o bairro Jardim Esplanada, um plano de manejo para poda e remoção de árvores, além da reorganização de trânsito na região sul do Jardim Esplanada 2.

A regularização de bairros, como Capão Grosso I e Majestic, foi tema recorrente no microfone durante a audiência, com destaque para a necessidade de infraestrutura, além da ampliação de linhas de ônibus e melhorias nas condições dos veículos do transporte coletivo.

Na região sudeste, o pedido foi pela construção de uma creche e de um centro da juventude com atividades diversas para os moradores. No Jardim América, zona sul, a reivindicação foi pela criação de um espaço para lazer, posto de saúde, academia ao



**LOA.** Audiência pública para discussão do projeto em tramitação na Câmara atende ao disposto na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Orgânica do Município



**Sustentabilidade.** Munícipes enviaram mensagens pedindo investimento em compostagem e hortas

ar livre em um terreno já existente no bairro.

Moradores demandaram, ainda, a adesão da cidade a iniciativas de compostagem de forma descentralizada e em larga escala, além de hortas urbanas. Houve também pedido de auxílio para escolinha de futebol, na Vila Guarani.

As vereadoras Amélia Naomi (PT) e Dulce Rita (PSDB) pleitearam o pagamento da dívida

da prefeitura com o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais, creches em período integral, construção de UBS's e UPA's, um centro de atendimento para autistas e Hospital da Mulher.

Todas as contribuições serão analisadas pela Comissão de Economia, Finanças e Orçamento do legislativo e podem originar emendas à proposta em tramitação na Câmara. ■

## 4,6

**BILHÕES**  
de reais é a receita  
estimada no projeto da LOA  
de 2024 em São José

## 14

**PESSOAS**  
inscristas apresentaram  
sugestões de alocação de  
receitas na audiência



**Mobilidade.** Pedido de construção de uma segunda via de acesso ao bairro Urbanova foi o pedido mais recorrente dos munícipes

**PARTICIPAÇÃO POPULAR** OUTRAS DEMANDAS SÃO COMPOSTAGEM E HORTAS PÚBLICAS, CULTURA E HABITAÇÃO

**Mobilidade se destaca entre as sugestões online; a principal demanda é por um novo acesso ao Urbanova, ciclovias também estão entre as solicitações**

**LOA.** A Câmara recebeu, de 23 de outubro a 16 de novembro, 51 mensagens de munícipes, por meio de formulário disponibilizado no site institucional, com contribuições ao projeto da LOA 2024, em tramitação.

O assunto mais recorrente, citado 9 vezes, foi o pedido de construção de uma segunda via de acesso ao bairro Urbanova. Os cidadãos alegam que são mais de 20 mil moradores, há previsão de aumento em função de loteamentos novos e, além do trânsito excessivo, em situações de acidentes a via fica fechada, deixando-os isolados.

Ainda na área da mobilidade urbana, há solicitações de implantação de ciclovias, Linha Verde na região leste e reengenharia do fluxo de trânsito no Parque Industrial.

A sustentabilidade também motivou o envio de mensagens, 7 delas tratam de compostagem e hortas comuni-

tárias. As sugestões abrangem unidades descentralizadas para tratamento de resíduos orgânicos provenientes de feiras livres e supermercados e implantação de compostagem em prédios públicos, especialmente em escolas. Também programa de educação ambiental, orientação à população sobre descarte correto de resíduos recicláveis e orgânicos, incentivo à agricultura familiar e criação do Bosque Betânia.

Quanto ao lazer, cultura e turismo, os munícipes sugerem instalar um deck no Rio Paraíba, ampliar horário de visitação do MIC, revitalização do Mirante do Buquirinha, implantação de um

centro da juventude na região sudeste, poliesportivo e centro sociocultural no Pinheirinho dos Palmares, mais verba para a arte periférica e distribuição dos eventos e projetos culturais de forma equânime nos bairros.

Outras demandas são por investimento em castramóvel; repasse ao Centro de Reabilitação Lucy Montoro; instalação de Centro Dia para idosos, Integra para PCD e creche na região sudeste; construção e reforma de Unidades Básicas de Saúde; educação financeira nas escolas e asfaltamento de ruas.

Quatro moradores pediram a regularização fundiária dos bairros Majestic, Águas de

Canindú e Hawaii. Os loteamentos em processo de regularização Capão Grosso e Majestic foram objeto de parte das 200 mensagens enviadas pela vereadora Dulce Rita (PSDB) pelo formulário online. Ela pede diversas medidas, como programas sociais, rondas da Guarda Civil Municipal, infraestrutura urbana a exemplo de pavimentação e iluminação pública em LED, equipamentos públicos como creche, UBS e poliesportivo.

A parlamentar solicita ampliação da UPA, reforma do poliesportivo e mais vagas na Fundhas de Eugênio de Melo, melhorias e serviços de manutenção, educação, segurança, mobilidade, urbanismo, esporte e qualidade de vida para Chácara Santa Lúcia, Portal do Céu, Santa Maria, Terra Nova, Fazenda Ronda e Takanashi, Jardim Coqueiro, Itapuã, Pararangaba e das Flores, Santa Inês I e II, São José I e Galo Branco, entre outros. ■

## 51

**MENSAGENS**  
de munícipes foram  
enviadas à Câmara como  
contribuição à LOA 2024

## 9

**MUNICÍPIOS**  
pediram a construção  
de uma segunda via de  
acesso ao Urbanova





LOA 2024 MAIOR FATIA DOS R\$ 3,67 BILHÕES PARA A PREFEITURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE FICAM COM 57%, R\$ 1 BILHÃO CADA

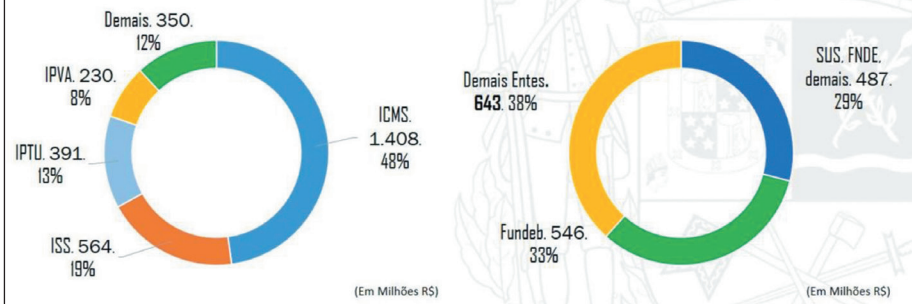
## CONHEÇA A PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O ANO QUE VEM

Proposta elaborada pela Prefeitura será votada na Câmara até o final de novembro

### PROJETO DE LEI LOA 2024 | RECEITAS

Total: R\$ 4.619 milhões

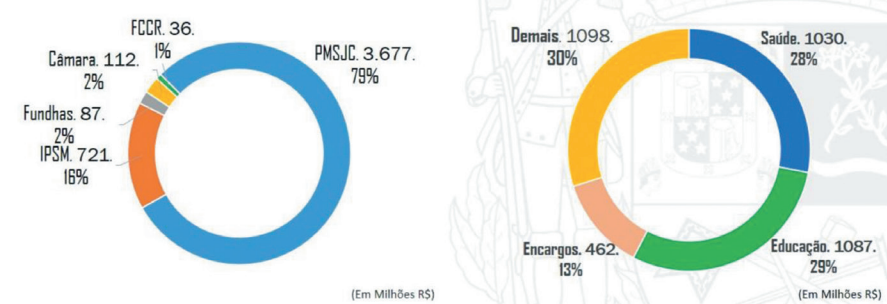
Receitas próprias: R\$ 2.944 milhões



### PROJETO DE LEI LOA 2024 | DESPESAS

Total: R\$ 4.633 milhões

Despesas da administração direta e indireta



A LOA estima a receita e fixa a despesa da Administração Direta e Indireta, com base nas metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2024 (lei 10.736/23).

Conforme o projeto de lei 405/23 protocolado pela prefeitura e que será votado na Câmara até o final

de novembro, a receita total de 2024 está estimada em R\$ 4,6 bilhões (somando administração direta e indireta), 17,8% a mais do que o orçamento para 2023 (R\$ 3,9 bi). O incremento nos recursos próprios corresponde a 19,4% e nos vinculados (repasses) equivale a 12,6%.

As principais fontes são: impostos e taxas municipais

(R\$ 1,27 bilhão, somando ISS, IPTU, ITBI, e outros) e repasses intergovernamentais (R\$ 2,66 bilhões). Esses repasses são compostos, por exemplo, pela transferência estadual do ICMS (R\$ 1,4 bilhão), do IPVA (R\$ 230 milhões) e da União (R\$ 443 milhões, dos quais R\$ 194 mi do SUS e R\$ 136 mi da cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios).

Na distribuição dos recursos, a proposta orçamentária prevê R\$ 3,67 bilhões para a prefeitura, sendo que as pastas de Educação e Saúde representam as maiores despesas: R\$ 1,087 bilhão (28%) e R\$ 1,030 bilhão (29%), respectivamente.

Os principais investimentos previstos somam R\$ 174,5 milhões: obra viária na Avenida

Sebastião Gualberto (R\$ 65,8 mi); fase III da Via Oeste (R\$ 32 mi); estrada do Jaguari à vicinal SJC-247 (R\$ 16,7 mi); duplicação da Avenida Lívio Veneziani (R\$ 15,1 mi); Linha Verde (R\$ 14 mi); recuperação dos corredores viários da zona norte (R\$ 12,6 mi); recapeamento asfáltico (R\$ 10,7 mi); construção EMEF Jardim Bandeirantes (R\$ 7,4 mi).

## FALE COM A CÂMARA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

O Fale Conosco é o canal de informação gratuito criado para auxiliar os joseenses que tenham dúvidas ou questionamentos sobre a Câmara ou sobre Projetos de Leis, bem como sugestões para melhorar a nossa cidade.

### E para utilizá-lo é muito fácil:

Acesse o site [www.camarasjc.sp.gov.br](http://www.camarasjc.sp.gov.br) ou app da **Câmara SJC** e clique na aba FALE CONOSCO. Depois, basta preencher seus dados conforme solicitado e deixar sua mensagem, sugestão ou dúvidas. Nenhuma pergunta fica sem retorno!

Sua participação é fundamental na construção da nossa cidade.



CÂMARA MUNICIPAL  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
O nosso papel é representar você



SAÚDE AS DUAS INSTITUIÇÕES REGISTRAM DÉFICITS FINANCEIROS MENSIS E EMENDAS PARLAMENTARES PODEM AJUDAR AS CONTAS A FECHAR

# DIRETORIA DO GACC E PIO XII SE REÚNEM COM FRENTE PARLAMENTAR ONCOLÓGICA E CARDIOLÓGICA

Vereadores pretendem formar comissões para buscar recursos para as instituições



**Frente Parlamentar.** Os parlamentares vão se dividir em grupos para pedir aos deputados estaduais e no Congresso Nacional recursos para manter os hospitais funcionando

Os vereadores que compõem a Frente Parlamentar Oncológica e Cardiológica, dr. José Cláudio (PSDB), Amélia Naomi (PT), Dulce Rita (PSDB), Júnior da Farmácia (União), Lino Bispo (PL) e Marcão da Academia (PDS) se reuniram, em outubro na Câmara, com a diretoria dos hospitais GACC (Grupo de Assistência à Criança com Câncer) e Pio XII, para discutir como podem auxiliar na obtenção de recursos estaduais e federais às instituições.

Os grupos pretendem visitar a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) e a Câmara dos Deputados em busca de apoio.



Embora realizem atendimento particular e por meio de convênio, a alta demanda de pacientes vindos do SUS todos os meses, nos dois hospitais, faz com que as instituições dependam também de emendas parlamentares para custear os procedimentos médicos e hospitalares. Segundo a presidente do GACC, Rosemary Sanz, o único hospital habilitado pelo Ministério da Saúde para a faixa etária até 19 anos, tem mais de

500 pacientes em tratamento atualmente vindos das 39 cidades da RMVale, e a maior parte proveniente do SUS. No entanto, devido à defasagem da tabela SUS, que não é reajustada há 20 anos, os repasses governamentais cobrem apenas 22% dos custos e 25% são pagos com recursos dos convênios e particulares. Mensalmente, o hospital recorre à captação de cerca de R\$ 1,5 milhão por meio de

eventos e doações para complementar a receita.

A diretora do Hospital Pio XII, Soraia Lúcia Teixeira, afirmou que vive a mesma situação: muitos pacientes e poucos recursos. Para ela, essa movimentação dos parlamentares em apoio às entidades é fundamental para que continuem a oferecer tratamento de qualidade e humanizado.

Além dos vereadores presentes na reunião, também compõem a Frente Parlamentar Fabião Zagueiro (Solidariedade), Marcelo Garcia (PTB), Milton Vieira Filho (Republicanos), Renato Santiago (PSDB) e Roberto Chagas (PL).

## 500

PACIENTES

fazem tratamento oncológico no GACC, vindos das 39 cidades da RMVale

## 20

ANOS

sem reajuste na tabela SUS; repasses governamentais cobrem 22% dos custos



**FALTA D'ÁGUA** EM SETEMBRO E NOVEMBRO BAIROS INTEIROS SOFRERAM COM A INTERMITÊNCIA NO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PRESTADO PELA CONCESSIONÁRIA



**COBRANÇA.**  
Vereadores têm cobrado da concessionária Sabesp soluções para a falta d'água que atinge São José



# VEREADORES COBRAM SABESP, PREFEITURA, ARSESP E MP

Parlamentares questionam acerca de investimentos, multas, medidas emergenciais e qualidade da água fornecida

Nas últimas semanas, os vereadores de São José dos Campos têm cobrado da concessionária Sabesp soluções para a falta d'água que atinge de maneira recorrente diversos bairros da cidade causando transtornos aos moradores e comerciantes.

Desde setembro as regiões sul, leste, norte e sudeste enfrentam interrupções no abastecimento. Entre 10 e 15 de novembro, imóveis no Putim, Pinheirinho, Monterrey, Nosso Teto, Cruzeiro do Sul e Emha 2 chegaram a ficar até 5 dias sem água em plena onda de calor, quando a temperatura máxima ficou até 5°C acima da média registrada para este período do ano. A concessionária atribui o problema a quedas de ener-

gia e reparos emergenciais. E a lentidão no retorno do serviço em virtude da alta no consumo.

Tanto na tribuna quanto em documentos, como indicações e requerimentos, os parlamentares pedem maior fiscalização e gestão do contrato pelo poder público e defendem a revisão da alíquota redutora de multas aplicadas por falha no abastecimento.

O requerimento 16217/23 as-

sinado por todos os vereadores, solicita o comparecimento do presidente da Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, André Gustavo Salcedo, para esclarecimentos quanto ao serviço prestado na cidade. O documento questiona acerca de plano de contingência e controle da qualidade de água que chega à população, considerando o aumento expressivo das reclamações.

Um grupo de 9 vereadores participou do protesto, no dia 17 de novembro em frente à sede do Ministério Público. Eles entregaram um abaixo-assinado dirigido ao promotor Fernando Alvarez Belaz em que requerem informações das providências tomadas diante da crise de abastecimento que tem afetado principalmente as regiões periféricas. Os parlamentares pontuam que a Câmara encaminhou ao órgão em março o relatório final da Comissão Especial de Inquérito (CEI) que investigou descumprimento de contrato.

## INQUÉRITO PARLAMENTAR.

A CEI concluiu os trabalhos em fevereiro e foi composta pelos vereadores Lino Bispo

(PL) - presidente; Marcão da Academia (PSD) - relator; dr. José Claudio (PSDB), Juliana Fraga (PT) e Milton Vieira Filho (Republicanos) - membros.

O grupo colheu informações por meio de depoimentos de representantes do Departamento de Concessionárias, vinculado à Secretaria de Manutenção da Cidade, da Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo) e da Sabesp.

No relatório constam recomendações a exemplo da atualização do plano municipal de saneamento básico e revisão do cálculo da multa, a fim de alterar o limitador para que o valor não seja irrisório e prejudique o caráter pedagógico da sanção.

O contrato firmado em 2008

tem vigência por 30 anos. Desde 2012, a Arsesp aplicou um total de mais de R\$ 10,9 milhões em multas, conforme informado pelos representantes da agência reguladora ouvidos. Porém, o montante foi reduzido a R\$ 109 mil, conforme cláusula que prevê abatimento. Até 2022, a Sabesp havia pago um total de R\$ 58 mil.

Em maio, o MP informou que a apuração se daria no âmbito

da Promotoria de Justiça Cível.

## EM OBRAS.

No final de setembro, depois de 250 mil moradores ficarem sem água num final de semana, onze vereadores estiveram na coletiva de imprensa em que a Sabesp anunciou a antecipação do plano de obras e melhorias operacionais. Inicialmente previstas para o período de 2024 a 2026, elas deverão ser concluídas até o

início de 2025, a maioria (12 de um total de 16) até dezembro de 2023.

Distribuídos pelas regiões norte, sul, leste, oeste, sudeste e central, os investimentos totalizam R\$ 131 milhões e abrangem reforço do sistema de pressurização (para aumentar a vazão) e ampliação da capacidade de reservação, a fim de reduzir a dependência do bombeamento, contar com maior redundância e segurança operacional.

As ações vão desde substituição de bombas, acionamentos elétricos, reativação de tubulação, reposição de equipamentos furtados e vandalizados, até implantação e ampliação de estações elevatórias, construção de reservatório e adutoras de água tratada. ■

**9**

**VEREADORES**  
participaram do protesto, no dia 17, cobrando a melhoria no abastecimento

**10,9**

**MILHÕES**  
de reais em multas foram aplicadas à Sabesp pela Arsesp desde 2012

**30**

**ANOS**  
de vigência tem o contrato com a Sabesp no município, que foi firmado em 2008

**131**

**MILHÕES**  
de reais em investimentos foram anunciados pela Sabesp no fim de setembro



CÂMARA MUNICIPAL  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

INFORME PUBLICITÁRIO

OVALE  
BrandStudio

CONTEÚDO PATROCINADO

RAIO-X DO SUS NÚMERO DE LEITOS, SAMU, DENGUE, EXAMES, TAXAS E ÍNDICES FAZEM PARTE DO RELATÓRIO QUADRIMESTRAL

# SECRETARIA DE SAÚDE APRESENTA NA CÂMARA NÚMEROS DE MAIO A AGOSTO

De maio a agosto, as consultas médicas aumentaram em relação a 2022; cobertura vacinal abaixo da meta



**Audiência pública.** Prestação de contas na Câmara Municipal a respeito da saúde pública em São José dos Campos

**E**m audiência pública de prestação de contas na Câmara Municipal, a secretaria de Saúde apresentou o relatório de produção com dados e indicadores dos serviços prestados no segundo quadrimestre do ano, incluindo os contratados e conveniados ao SUS, conforme lei (141/2012) que regulamenta o artigo 198 da Constituição Federal.

De maio a agosto, houve 227 mil consultas médicas na Atenção Básica (contra 186 mil no mesmo período do ano passado), 158 mil consultas em especialidades (141 mil no segundo quadrimestre de 2022) e 432 mil em urgência (pronto atendimento), um total de 818 mil (contra 736 mil).

A cidade conta atualmente com 505 leitos, dos quais 167 clínicos, 100 psiquiátricos, 99 cirúrgicos, 79 obstétricos e 48 pediátricos. Das 40 Unidades Básicas de Saúde, 19 têm equi-

pes de Saúde da Família, num total de 63 equipes e 218 agentes comunitários de saúde.

Na prevenção e enfrentamento da dengue, 138 agentes de combate a endemias visitaram 267 mil imóveis no segundo quadrimestre, dos quais 91 mil resultaram em ações de controle de criadouros. Até setembro, São José dos Campos registrou 927 casos de dengue.

O SAMU recebeu em média 406 ligações diárias, atendeu 315 e os trotes correspondem a cerca de 30 delas.

Entre os índices apresenta-

dos estão: mamografias; exames citopatológicos de colo do útero; taxa de mortalidade infantil, perinatal e prematuridade; óbitos maternos e mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) por doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e respiratórias crônicas. O mais distante da meta é a cobertura de vacinas selecionadas do Calendário Nacional para crianças menores de dois anos de idade - pentavalente 3ª dose (48% de cobertura), pneumocócica 10-valente 2ª dose (47%), poliomielite 3ª dose (51%) e trí-

plice viral 1ª dose (56%).

Uma informação solicitada pelo Conselho Municipal de Saúde (COMUS), referente ao Programa Municipal de Imunização, diz respeito à vacinação contra a covid. Das mais de 2,3 milhões de doses recebidas do governo federal, 2 milhões foram aplicadas e houve redução gradual da cobertura a cada etapa: 662 mil na primeira dose (91% do público-alvo acima de 6 meses), 640 mil na segunda dose (88%), 435 mil no primeiro reforço (70% dos maiores de 12 anos), 224 mil no segundo reforço (40% dos maiores de 18 anos) e 127 mil no reforço bivalente (22% da população acima de 12 anos).

Além da representante que apresentou os números, a chefe de apoio administrativo da pasta, Aretha Santos, também estava presente a secretária-adjunta de Saúde do município, Elena Kimie Tateishi. ■

## 505

LEITOS

**tem S. José: 167 clínicos, 100 psiquiátricos, 99 cirúrgicos, 79 obstétricos e 48 pediátricos**

## 227

MIL

**consultas médicas na Atenção Básica realizadas entre maio e agosto**





SOLIDARIEDADE 25 DE NOVEMBRO É O DIA NACIONAL DO DOADOR VOLUNTÁRIO DE SANGUE

# CÂMARA PRESTA HOMENAGEM A DOADORES DE SANGUE

Segundo o Banco de Sangue, 2,9% da população de São José dos Campos doa

Em reconhecimento ao ato de solidariedade que salva vidas, a Câmara Municipal prestou homenagem aos doadores de sangue mais frequentes da cidade pelo seu dia, celebrado em 25 de novembro.

Os voluntários com maior número de doações receberam um diploma: Thiago Machado Ferraz (64 doações); Luciano Costa (63); Genildo Pereira da Silva (44 doações e 15 de plaquetas); Elisabete Arraes Paiva Luque (44) e Alcione Barbosa de Noronha (18 doações). O presidente da Câmara, vereador Roberto do Eleven (PSDB), agradeceu o gesto dos voluntários por seu exemplo inspirador.

Estava presente o hemoterapeuta do Banco de Sangue de São José dos Campos, Marcelo Romanelli. Segundo ele, 2,9% dos munícipes são doadores. De acordo com dados do Ministério da Saúde, aproximadamente 1,4% da população brasileira doa sangue.

O sangue não tem substituto e a doação é fundamental para garantir a disponibilidade de componentes sanguí-



Cleverson Nunes/CMSJC



Cleverson Nunes/CMSJC

Homenagem. Voluntários receberam diploma na Câmara de S. José

neos para os pacientes que necessitam de transfusão, como vítimas de acidentes, que necessitam de cirurgias ou outras situações clínicas. Homens podem doar 4 vezes ao ano, com intervalo de 60 dias, e mulheres, 3 vezes ao ano, com intervalo de 90 dias.

#### SERVIÇO.

Em São José, a doação de sangue pode ser feita na Rua Antônio Saes, 425 (ao lado da Santa Casa), de segunda a sexta-feira, das 7h às 12h30. O atendimento é realizado por ordem de chegada, com prioridade no atendimento às pessoas acima de 60 anos e doadores fenotipados. Estacionamento gratuito à Rua das Monções.

**2,9**  
POR CENTO  
da população de  
São José dos Campos  
é doadora de sangue



## QUEM PODE DOAR

- Pessoas entre 16 e 69 anos, desde que a primeira doação tenha sido feita até os 60 anos
- Menores de 18 anos devem estar acompanhados de um dos responsáveis legais (pais) ou apresentar formulário de autorização.
- Pesar no mínimo 50 kg.
- Apresentar documento oficial com foto como RG, CNH, Carteira de Trabalho, Passaporte, Registro Nacional de Estrangeiro, Certificado de Reserva e Carteira Profissional ou cópia autenticada com foto legível. Também são aceitos documentos digitais

diretamente no aplicativo.

- Não estar em jejum, mas evitar alimentos gordurosos como leite, manteiga, ovos, frituras e frios nas 3 horas que antecedem a doação. Pode ingerir café puro, chá ou suco, frutas, bolacha de água e sal, torrada e pão francês com geleia de frutas ou mel.

- Ter repousado por, no mínimo, 6 horas nas últimas 24 horas

**Observação:** o candidato não poderá doar se estiver acompanhado de crianças menores de 13 anos sem a presença de outro adulto.

#### COVID-19

- Quem testou positivo para Covid-19 e teve sintomas pode doar 10 dias após a completa

recuperação

- No caso de testar positivo para Covid-19 e não ter sintomas, doar 10 dias após a data da realização do teste
- Quem teve contato com alguém com Covid, pode doar 7 dias após o último contato, desde que não tenha apresentado sintomas
- O uso de máscara no Banco de Sangue é opcional, conforme atualização da Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA 04/2020

#### ALGUMAS CONDIÇÕES QUE IMPEDEM A DOAÇÃO TEMPORARIAMENTE:

- Gripe, resfriado, infecção, febre, diarreia, alergia, uso de medicamentos, tratamento dentário, acupuntura e antecedentes

cirúrgicos são avaliados individualmente

- Ingestão de bebida alcoólica nas últimas 12 horas
- Vacinação (o prazo varia e depende do agente e da forma de produção da vacina)
- Tatuagem e piercing\*: após 6 meses. \*Piercing oral ou genital: apto para doar 1 ano após a retirada do acessório
- Endoscopia e colonoscopia: após 6 meses
- Parto normal e aborto (após 3 meses), cesariana (após 6 meses). Se estiver amamentando: após o bebê completar 1 ano. Mulheres grávidas não podem doar
- Comportamento de risco para

doenças sexualmente transmissíveis

- Pessoas que fizeram sexo com um ou mais parceiros ocasionais ou desconhecidos
- Viagens a alguns países e estados brasileiros, como Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins, com alta incidência de malária: aguardar 12 meses após o retorno

#### CONDIÇÕES QUE IMPEDEM A DOAÇÃO DEFINITIVAMENTE

Hepatite viral após os 11 anos de idade, Câncer e epilepsia Cirurgia cardíaca e neurológica Uso de drogas injetáveis ilícitas Evidência clínica ou laboratorial de hepatite B e C, HIV, doenças associadas ao vírus HTLV I e II, doença de Chagas, sífilis



# CONSCIÊNCIA NEGRA



CÂMARA MUNICIPAL  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

INFORME PUBLICITÁRIO

**OVALE**  
BrandStudio  
CONTEÚDO PATROCINADO

**CONSCIÊNCIA NEGRA** PESQUISAS REVELAM DIFERENTES FORMAS DE RESISTÊNCIA; FONTES PRIMÁRIAS E ARTIGOS ACADÊMICOS ESTÃO DISPONÍVEIS PARA CONSULTA ONLINE

# PRÓ-MEMÓRIA GUARDA AÇÕES JUDICIAIS PELA LIBERDADE DE ESCRAVIZADOS EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS



**PRÓ-MEMÓRIA.** Pesquisa e digitalização de documentos ajudam a preservar a história de São José dos Campos



## HISTÓRIA DA CIDADE

### Saiba como era o orçamento joseense há um século

1892		1923	
1. Despesas da Prefeitura	1. Despesas da Prefeitura	1. Despesas da Prefeitura	1. Despesas da Prefeitura
2. Despesas da Câmara	2. Despesas da Câmara	2. Despesas da Câmara	2. Despesas da Câmara
3. Despesas da Câmara	3. Despesas da Câmara	3. Despesas da Câmara	3. Despesas da Câmara
4. Despesas da Câmara	4. Despesas da Câmara	4. Despesas da Câmara	4. Despesas da Câmara
5. Despesas da Câmara	5. Despesas da Câmara	5. Despesas da Câmara	5. Despesas da Câmara
6. Despesas da Câmara	6. Despesas da Câmara	6. Despesas da Câmara	6. Despesas da Câmara
7. Despesas da Câmara	7. Despesas da Câmara	7. Despesas da Câmara	7. Despesas da Câmara
8. Despesas da Câmara	8. Despesas da Câmara	8. Despesas da Câmara	8. Despesas da Câmara
9. Despesas da Câmara	9. Despesas da Câmara	9. Despesas da Câmara	9. Despesas da Câmara
10. Despesas da Câmara	10. Despesas da Câmara	10. Despesas da Câmara	10. Despesas da Câmara

**Acervo.** Pró-Memória disponibiliza livro-caixa de 1923 com o registro da movimentação financeira municipal

**PRÓ-MEMÓRIA.** No primeiro semestre, a Câmara aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024 e no segundo semestre votará a Lei Orçamentária Anual com a estimativa de receitas e descrição de como os recursos serão aplicados no próximo ano. Além de participar do planejamento financeiro, a Câmara fiscaliza a gestão orçamentária por meio de prestações de contas periódicas obrigatórias por lei.

Mas, você sabe como eram as finanças municipais há um século? Um livro-caixa de 1923 digitalizado pelo Pró-Memória revela o movimento de entrada e saída de dinheiro. Na época, a moeda brasileira era o Réis (nome derivado do Real português dos séculos XV e XVI), utilizada desde a colonização até 1942.

A população joseense era de 30.681 habitantes (dados do censo de 1920). O prefeito era João Alves da Silva Cursino e o presidente da Câmara, Antonio Fernandes Cruz. Em 31 de julho, o livro registra o pagamento de juros à dona Maria Carolina Paes de Britto: 37.500 réis, de uma letra de câmbio, isto é, operação de crédito. O ordenado do escrivão de polícia, 240 mil réis referentes aos meses de maio e junho. O subprefeito de São Francisco Xavier recebeu 46 mil, o diretor

da Secretaria da Câmara 380 mil, o porteiro da Câmara 80 mil, o porteiro da prefeitura 60 mil, o tesoureiro 200 mil. No departamento de fiscalização, a folha de pagamento continha cinco funcionários, incluindo um fiscal de iluminação e outro rural, no total de 580 mil réis. No cemitério, o administrador e o cozeiro recebiam o mesmo salário, de 90 mil réis. Outras despesas eram a limpeza pública, obras, telegramas e publicações de informes no jornal.

Na receita, a principal fonte de arrecadação era o imposto sobre cafeeiros. Também havia arrecadação tributária sobre veículos, prédios, indústrias e profissões, renda do cemitério e do mercado e matadouro, além de taxa de água, esgoto e sanitária, multas e auxílio do governo estadual. Hospedada no site da Câmara, a página do Pró-Memória é resultado de cooperação entre o Legislativo, a Univap e o Arquivo Público (mantido pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo) iniciada em 2003 com o objetivo de preservar e divulgar a história de São José dos Campos.

No acervo estão documentos administrativos e ações judiciais, fotos, periódicos, publicações acadêmicas e uma coletânea de livros. Para pesquisar, entre na página do Pró-Memória pelo ícone da ampulheta no site da Câmara. ■

## Documentos digitalizados mencionam leis abolicionistas para obter a libertação

**E**ste ano, o estado de São Paulo oficializou como feriado o Dia da Consciência Negra. O dia 20 de novembro lembra a morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares, em 1695. A data visa valorizar a cultura africana e promover reflexões sobre racismo, resistência e a contribuição da comunidade negra para o país.

No Vale do Paraíba, região em que fazendas cafejeiras utilizaram mão de obra es-

cavizada, principalmente na segunda metade do século XIX, pesquisadores têm lançado luz sobre o período escravocrata e pós-abolição por meio de documentos históricos dos arquivos públicos das cidades. São José dos Campos, então chamada São José do Parahyba, não se destacou nesse ciclo econômico e as propriedades contavam com, em média, até 10 ou 15 trabalhadores cativos.

A busca da libertação pela via legal foi uma das formas de resistência empregadas por eles, assim como fugas, sabotagem do trabalho e crimes. Um reflexo em pequena escala tardio do cenário nacional, conforme revelam os registros históricos.

Os processos civis de liberdade dos anos de 1871 a 1888

(da lei do Ventre Livre à Lei Áurea), digitalizados e disponibilizados na página do Pró-Memória foram fontes para o artigo “Escravizados em São José dos Campos: a busca pela liberdade jurídica”, de Daniele Siqueira Estrela, com orientação da professora Maria Aparecida Papali.

Ao transcrever e analisar as ações judiciais encontradas a partir das leis abolicionistas o estudo concluiu que a maioria dos libertados haviam chegado de maneira ilegal ao Brasil (leis Feijó de 1831 e Eusébio de Queirós, que pôs fim ao tráfico internacional em 1850), ou pagaram o pecúlio pela alforria (lei de 1871), ou tinham mais de 60 anos de idade (lei dos Sexagenários, de 1885).

O acervo do Fórum da Comarca conta com 29 caixas

referentes ao período pesquisado (1871 a 1888), contendo 605 processos civis, dos quais 24 dizem respeito a ações de liberdade. Por exemplo, o caso do Vicente, que em 1870 juntou a quantia de 180 mil réis para comprar sua alforria; também da Marianna, cujo senhor lhe deu liberdade em 1887 com a condição de servi-lo até completar 60 anos. Ou ainda a situação de Joaquim, partilhado

## 1695

**FOI O ANO da morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares, lembrado no Dia da Consciência Negra**

entre quatro herdeiros quando seu senhor faleceu em 1876. Três partes de sua posse foram vendidas a um novo senhor, e um quarto lhe foi dado em liberdade, pelo custo de 200 mil réis. De acordo com um decreto de 1872 ele teria direito à liberdade, com a condição de indenizar o seu senhor, podendo pagar em serviços, por prazo não superior a 7 anos.

“A lei mais utilizada para a

## 1888

**FOI O ANO DA ABOLIÇÃO da escravatura no Brasil, por meio da Lei Áurea, assinada no Rio de Janeiro pela Princesa Isabel**

libertação de escravizados, em São José dos Campos, foi a Lei dos Sexagenários, que libertou em 14 processos. Em seguida vem a Lei de 1831, da proibição do tráfico vindo da África, com 5 processos utilizando o argumento da ilegalidade da importação dos escravizados na época posterior à lei. A lei do Ventre Livre, fica em terceiro lugar, com 3 processos”, afirma a historiadora e ex-estagiária do Pró-Memória, Daniele Estrela.

O artigo deu origem a um dos capítulos do livro “Escravidão e pós-abolição no Vale do Paraíba paulista”, organizado pelas pesquisadoras Maria Aparecida Papali e Valéria Regina Zanetti, coordenadoras do Pró-Memória na Univap. A obra reúne e apresenta ao leitor características marcantes

do período escravocrata (até 1888) e pós-abolição nas cidades da região valeparaibana e suas repercussões econômicas, políticas, sociais e culturais na sociedade brasileira.

O Pró-Memória resulta de um acordo de cooperação entre a Câmara, a Univap e a Fundação Cultural Cassiano Ricardo, com o objetivo de preservar e divulgar a história da cidade. Sob a supervisão de professores, estudantes de graduação digitalizam documentos do Arquivo Público. Os materiais, que incluem fotos, jornais e publicações acadêmicas, ficam disponíveis em uma página hospedada no site da Câmara. Para pesquisar, entre na página do Pró-Memória pelo ícone da ampulheta no site da Câmara ou no QR Code na página 12. ■

QR CODE. ACESSE O PRÓ-MEMÓRIA





CÂMARA MUNICIPAL  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

MUNICÍPIO RECEBE PELA SEGUNDA VEZ O CERTIFICADO ENTREGUE PELA ABNT COM BASE EM NORMAS ISO



**CIDADE INTELIGENTE.**  
São José dos Campos foi a primeira cidade brasileira a receber essa certificação, em 2022

Cleverson Nunes/CMSJC

# VEREADORES ACOMPANHAM ENTREGA DE CERTIFICAÇÃO DE CIDADE INTELIGENTE A SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Entre os indicadores que levaram São José a reconquistar os títulos estão práticas inovadoras de gestão pública, como o CSI

O presidente da Câmara Municipal, vereador Roberto do Eleven (PSDB), e mais sete vereadores acompanharam a cerimônia que certificou São José dos Campos como Cidade Inteligente, Sustentável e Resiliente. O evento aconteceu no dia 24 de outubro, no Parque de Inovação Tecnológica.

Além do presidente, também participaram do evento os vereadores Júnior da Farmácia (União), Juvenil Silvério (PSD), Lino Bispo (PL), Marção da Academia (PSD), Rafael Pascucci (PTB), Renato Santiago (PSDB) e Rogério da Acasem (MDB).

É a segunda vez que o município recebe este certificado entregue pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), de acordo com normas internacionais ISO (International Organization for Standardization). O título é concedido a cidades que se utilizam do crescimento econômico sustentável, por meio de inovações



Cleverson Nunes/CMSJC

tecnológicas, para promover o desenvolvimento humano.

Entre os indicadores que levaram São José dos Campos a reconquistar os títulos estão práticas inovadoras de gestão pública, como o CSI (Centro de Segurança e Inteligência) e o corredor sustentável da Linha Verde com ônibus 100% elétricos. Também foram reconhecidos com nível de excelência o sistema de coleta

de resíduos, tratamento de esgoto, iluminação pública das áreas urbana e rural com lâmpadas de LED, sistema de estacionamento rotativo, semáforos inteligentes, serviço de monitoramento por satélite e análise e detecção de mudanças no território.

No processo de análise de 276 indicadores que compõem as três normas ABNT NBR ISO (37120, 37122 e 37123), São

José conseguiu melhorar sua avaliação em relação aos parâmetros de Cidade Resiliente (norma ISO 37123), passando do padrão ouro para platina, o mais alto nível da certificação. O município também recebeu a certificação máxima em práticas sustentáveis (norma NBR ISO 37120) e nível ouro em indicadores relacionados à Cidade Inteligente – norma NBR ISO 37122.

CÂMARA MUNICIPAL  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

CASA DO POVO POR MEIO DO PROGRAMA “VISITE A CÂMARA” ESTUDANTES PODEM CONHECER O LEGISLATIVO E CONVERSAR COM VEREADORES



**VISITA.**  
Estudantes conheceram a galeria de presidentes, visitaram o plenário e os gabinetes dos vereadores



Flávio Pereira/CMSJC

Flávio Pereira/CMSJC

# ESTUDANTES DE ESCOLA TÉCNICA DE SÃO JOSÉ CONHECEM A CÂMARA MUNICIPAL

O tour percorre alguns setores, gabinetes parlamentares e o plenário onde acontecem as sessões ordinárias

Cerca de 30 alunos, de duas turmas do curso Jovem Aprendiz, do Senac, visitaram a Câmara de São José dos Campos nos dias 30 de outubro e 13 de novembro. Acompanhados de seus professores, a primeira turma foi recebida pelo presidente da casa, Roberto do Eleven (PSDB) e a segunda pela vereadora Juliana Fraga (PT) no auditório Mário Covas.

Os estudantes entre 16 a 20 anos participam de duas disciplinas curriculares chamadas Desenvolvimento Pessoal e Participação Social, em que aprendem noções de cidadania, política e gestão. O curso Jovem Aprendiz é voltado à inserção no mercado de trabalho.

Após a exibição de um vídeo institucional, a vereadora conversou com o grupo e respondeu perguntas sobre projetos de lei para a cidade e participação das mulheres na política. Os alunos também perguntaram sobre o papel do executivo e do legislativo e canais de contato com os parlamentares. Já o vereador



Flávio Pereira/CMSJC

## 30

ALUNOS

do Jovem Aprendiz, do Senac, visitaram a Câmara em outubro e novembro

respondeu perguntas sobre projetos do legislativo para a cidade, em especial na abordagem aos dependentes químicos. Os alunos também opinaram sobre a participação de jovens na política do município e demonstraram interesse

pelo programa de estágio da Câmara.

Os estudantes ainda passaram por gabinetes parlamentares, pela galeria de presidentes do legislativo no hall e conheceram o plenário, onde ocorrem as sessões ordinárias.



# Acompanhe a Câmara de São José dos Campos nas redes



E fique por dentro de tudo  
que acontece na nossa cidade.

Manter-se informado sobre os principais acontecimentos de São José dos Campos e sobre as decisões políticas que impactam a nossa cidade pode ser muito fácil. E a resposta está na palma das suas mãos:  **siga a Câmara de São José nas redes sociais e tenha acesso rápido às notícias do nosso município.**

  @camarasjc  
   @tvcamarasjc



**CÂMARA MUNICIPAL  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
O nosso papel é representar você.